

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 25 DE JUNHO DE 2015

Ata n.º 19

Aos vinte e cinco dias do mês de Junho do ano de dois mil e quinze, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 21:00 horas, no Edifício da Junta de Freguesia de Paderne por convocatória de um de Junho e aditamento de dezasseis de Junho, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

PONTO UM: Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art.º 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; -----

PONTO DOIS: Apreciação e deliberação da acta de 23-04-2015; -----

PONTO TRÊS: Tomada de conhecimento do Relatório Anual de 2014 da CPCJ; -----

PONTO QUATRO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do concurso público para fornecimento de serviços de manutenção completa das escadas rolantes da Praça do Pescador, por 36 meses; -----

PONTO QUINTO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 2ª Revisão do Orçamento de 2015; -----

PONTO SEXTO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 2ª Revisão das Grandes Opções do Plano 2015-2018; -----

PONTO SÉTIMO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do ajuste directo para aquisição de serviços de análises e controlo da qualidade da água das piscinas municipais de Albufeira; -----

PONTO OITAVO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização de nova repartição de encargos, a suportar pelo município, para fornecimento contínuo de materiais em PVC a aplicar na remodelação e conservação da rede de abastecimento de água e saneamento - 2014; -----

PONTO NONO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização de nova repartição de encargos, a suportar pelo município para fornecimento contínuo de contadores de água, incluindo sistema de telemetria domiciliária; -----

PONTO DÉCIMO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do concurso público para fornecimento de mobiliário urbano, com a atribuição do direito de exploração de publicidade; -----

PONTO DÉCIMO PRIMEIRO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização de nova repartição de encargos a suportar pelo município, relativamente à aquisição de serviços de telecomunicações fixas e móveis de voz e dados para o município de Albufeira; -----

PONTO DÉCIMO SEGUNDO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do concurso público para certificação legal de contas para os anos de 2015 e 2016; -----

PONTO DÉCIMO TERCEIRO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da delegação de competência para assunção de compromissos plurianuais no âmbito da Lei dos Compromissos; -----

PONTO DÉCIMO QUARTO: Proposta de recomendação, apresentada pela CDU, sobre a circulação de peões e estacionamento na Rua António Aleixo; -----

PONTO DÉCIMO QUINTO: Proposta de recomendação, apresentada pela CDU, sobre a instalação de um polo de escola de hotelaria, na escola de Paderne;-----

PONTO DÉCIMO SEXTO: Moção apresentada pela CDU, sobre as novas regras e taxas aplicadas pela ANA, aeroportos de Portugal no aeroporto de Faro; -----

PONTO DÉCIMO SÉTIMO: Tomada de conhecimento do teor do parecer da CCDR-Algarve em relação ao Plano de Urbanização da cidade de Albufeira; -----

PRESENCAS: Paulo Alexandre Figueiredo Freitas (PSD), Francisco José Pereira de Oliveira (PS), Miguel Alexandre Correia Mesquita (membro suplente PSD), José Geraldes de Pereira Simões (PS), Soraia Santos Morais Rodrigues (VIVA), Maria Eugénia Xufre Baptista (PSD) Vera Neves Albuquerque e Castro Coelho Simões (PS), Cândido Augusto Marques Reigado (CDU), Adriano Duarte de Horta Nogueira Ferrão (PSD), Domingos Manuel Martins Coelho (PS), Francisco Manuel Fernandes Guerreiro (PSD), Carlos Alberto dos Santos Fernandes (PS), Mário Samuel Raimundo Gaspar (VIVA), Ana Cristina Neves Pinto Oliveira (PSD), Ruben Thiago Ferra Romão Barulho (membro suplente PS), José Joaquim do Carmo Pimenta (CDU), Vitor José Correia Maria Vieira (PSD), Carlos Augusto Cabrita dos Santos (PSD), Ivânia Correia Mascarenhas (VIVA), Luís Matias Afonso (CDS), bem como a Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Indaleta Cabrita, o Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras, Duarte Cabrita, e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Guia, Joaquim Vieira, e de Paderne, Miguel Coelho. -----

Faltas: Rui Bernardo, Ana Pereira, Hélder Sousa e Fernando Gregório.-----

Substituições: Face aos pedidos de substituição apresentados pelos membros Rui Bernardo, Ana Pereira, Hélder Sousa e Fernando Gregório, foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, Miguel Mesquita, Ruben Barulho, Indaleta Cabrita e Duarte Cabrita. -----

Registou-se, ainda, a presença do Presidente da Câmara, Carlos Eduardo da Silva e Sousa, e dos Vereadores José Carlos Rolo, Célia Pedroso, Ana Vidigal, Rogério Neto e Fernando Anastácio (22:50). -----

Havendo quórum (**vinte e quatro presenças**), o Presidente da Assembleia deu início à sessão: -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: -----

Carlos Ventura lê documento. (Doc. 1, anexo a esta ata) -----

Presidente da Assembleia: "Gostaria de chamar o Presidente da Junta de Freguesia de Paderne para a mesa e agradecer-lhe pela cedência das instalações para podermos, mais uma vez, realizar aqui esta Assembleia Municipal." -----

Não havendo mais intervenções por parte do público, o Presidente da Assembleia deu a palavra à Primeira-Secretária para fazer a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA. A correspondência fica acessível a todos os digníssimos Membros, para consulta, no Gabinete da Assembleia Municipal. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

Tomaram o uso da palavra os seguintes Membros:-----

Cândido Reigado: Lê documento. (Doc. 2, anexo a esta ata) -----

Geraldes Simões: "Boa noite a todos. Gostaria de questionar a Câmara em relação à medicina no trabalho porque penso que, ultimamente, não deverá estar a funcionar. Tem havido alguns problemas com doentes meus, que com situações relativamente sérias vão com indicação de impedimento para determinado tipo de tarefas. Seria a função do médico do trabalho sancionar e alterar as condições onde estariam a trabalhar, e o que tem acontecido é que os documentos que, penso que irão para a secção pessoal, depois não têm qualquer andamento. Há pelo menos dois doentes meus com situações graves que têm estado a fazer exactamente o mesmo, apesar de já terem levado dois ou três relatórios meus e de outros colegas. Penso que a medicina no trabalho não estará a funcionar, deve ter havido alguma interrupção porque não há resposta como havia anteriormente, quando havia a medicina no trabalho." -----

Domingos Coelho: "Duas questões relacionadas com Paderne: um dos ex-libris é a fonte de Paderne, e para quem lá passa frequentemente constata que há falta de drenagem adequada porque quando os camiões e tratores enchem as suas vasilhas muita da água é entornada e, com a falta de escoamento e com o pó, cria uma lama que é prejudicial à saúde e até ao próprio ambiente. Ainda na fonte, a cobertura do lavadouro está a ser ameaçada por uma árvore de grande porte que, se um dia cai em cima da cobertura do lavadouro, a cobertura vai, com certeza, a baixo. E não sei se será possível encontrar carpinteiros que façam o tipo de trabalho que ali está. Apesar de já ter colocado esta questão várias vezes, o Castelo de Paderne está quase desprezado e podia ser muito mais rentabilizado, podia ser mais bem aproveitado em termos de turismo e parece que

está completamente esquecido. Outra questão tem a ver com a iluminação pública do concelho: na zona de Albufeira, a iluminação pública desliga às cinco da manhã e liga às vinte e trinta - parece-me que há um desfasamento. Enquanto, antigamente, se abusava no gasto da energia, agora procuram poupar às cinco da manhã, que é uma hora que cria alguma insegurança para quem frequenta as ruas a essa hora. Outra questão tem a ver com aquilo que eu constato: uma anarquia em termos de pintura de exteriores dos edifícios. Havia uma publicidade turística que dizia que o Algarve era branco e neste momento já não sei se é branco, se é creme ou azul. Constatado que há edifícios que eram brancos e foram pintados de creme e azul e a questão é: se há algum regulamento, o que é que contempla e se é respeitado. Porque até joga com uma questão que pode ser muitas vezes prejudicial para a própria pessoa porque, por exemplo, para a minha casa diz *devendo o exterior ser pintado de branco*. Portanto, quero saber se há regras ou não, e se estão a ser cumpridas porque, se não, cria-se uma anarquia visual." -----

Francisco Guerreiro: "A Câmara Municipal fez uma pavimentação na Barradinha e não sei se foi por esquecimento ou se por falta de valores, porque faltou fazer a pavimentação até à estrada da fonte, ou seja, para o lado da Cerca Velha. Sei que a Câmara já recebeu ofícios da Junta de Freguesia a pedir aquela pavimentação e eu faço questão que isso seja resolvido o mais rápido possível porque passa lá muito trânsito. Sou utente da fonte diariamente e o caminho que vai da Cerca Velha até à Fonte de Paderne está completamente degradado." -----

José Pimenta: "Boa noite a todos. Tenho uma pergunta para o Presidente da Assembleia Municipal: Na reunião ordinária de Fevereiro a CDU entregou um requerimento para que nos fosse fornecido o contrato ou acordo entre a Câmara Municipal e a Central de Camionagem e, passados quatro meses, ainda não recebemos qualquer documento. Ao Presidente da Câmara, em vinte e cinco de Setembro de dois mil e catorze, em reunião da Assembleia Municipal, foi discutido e aprovado por maioria, a adenda ao contrato de transportes urbanos entre o município e a EVA. No caderno de encargos constava quatro autocarros de pequenas dimensões e quatro autocarros de médias dimensões. A adenda ao acordo teve início em um de Março de dois mil e quinze. A CDU pergunta: Onde se encontram os novos autocarros de média dimensão? Há dez anos que uma viatura médica se encontra sediada no centro de saúde. Esta viatura tem como objectivo prioritário, em caso de emergência, ser o primeiro meio a prestar socorro. O raio de acção desta viatura é para oeste de Armação de Pêra, para este de Quarteira e para norte de Ourique. Todos nós conhecemos a sinistralidade que há dentro destes perímetros, além de outros casos que necessitem de socorro, todos nós temos conhecimento da problemática estrada N125 e o IC1 (de referir que foi este meio de emergência que primeiro chegou e socorreu tanto no acidente de dezoito de Junho em Paderne, como no de Almodôvar). O presidente do centro hospitalar do Algarve, Pedro Nunes, decidiu retirar esta

viatura com a sua equipa de Albufeira. Assim, a partir de um de Setembro, se nada for feito, deixaremos de ter no nosso concelho este meio de emergência. A CDU pergunta se o Presidente da Câmara Municipal tem conhecimento desta situação, e se sim, que esforços desenvolveu. Em caso negativo, de falta de conhecimento, o que pensa fazer para a resolução deste problema?" -----

Soraia Rodrigues: "Gostaríamos apenas de deixar uma recomendação, relativamente à zona do centro antigo: existem algumas vias de acesso que não têm condições para pessoas com dificuldade em se deslocar a pé. Damos o exemplo da estrada que vem desde o farolim até ao P5, que tem uma berma muito pequena, em calçada e enfiada. Uma pessoa que tenha uma bengala ou um carrinho de bebé, não consegue deslocar-se naquela zona, e pelas escadas rolantes muito menos. Tendo em conta que hoje vão ser discutidas algumas propostas em relação a alterações de vias públicas e melhoramentos, achamos que este assunto pode ser ter tido em atenção e os acessos a edifícios públicos e em vias públicas para pessoas com mobilidade reduzida." -----

Ivânia Mascarenhas: "Gostaríamos também de alertar para a passadeira que se encontra na Rua do MFA, mesmo na curva, perto do restaurante Casa Madeira. Está perigosa e gostaríamos que fosse visto. Pretendemos solicitar a consulta de dados sobre os proprietários multados por ocupação ilícita da via pública, na zona do centro antigo. Gostaria também de questionar se o espaço público, por baixo do telheiro do Cais Herculano, foi cedido a privados." -----

Carlos Fernandes: "Boa noite. Aproveitando que estamos a falar de pavimentações, há um caminho que dá acesso à Urbanização Quinta dos Calços, que passa por trás do parque de campismo e que vai dar ao cemitério. Passo ali várias vezes e o percurso é mil metros. Para quem reside naquela zona e quem precisa de ir levar as crianças ao jardim-de-infância que lá está, tem de ir dar a volta aos Brejos e se tivesse aquela pequena reparação efectuada era um acesso impecável. Deixo aqui a sugestão." -----

Mário Gaspar: "Boa noite. Para terminar a intervenção do grupo VIVA, gostaríamos de saber o que a Câmara e as demais autoridades pensam fazer relativamente aos excessos ocorridos por parte de grupos de turistas nos últimos tempos. Sabemos que por exemplo, no sul de Espanha estão a adoptar a Lei Seca, é normal que cada vez mais estes grupos procurem o Algarve. É normal que com isto a quantidade de turismo aumente mas a qualidade diminui. Gostaríamos de perguntar que turismo queremos para o futuro, se um turismo de qualidade, mais familiar e que gasta nos nossos restaurantes e comércio local, ou se um turismo de excessos, só de copos e que aos poucos estraga o turismo da nossa cidade." -----

Presidente da Assembleia: "Respondendo ao senhor Pimenta: solicitámos à Câmara Municipal, porque é sempre acto continuo. A resposta da Câmara Municipal aqui, de momento, não lhe sei dizer, mas amanhã faço-lhe chegar a informação de como se encontra o seu pedido." -----

Presidente da Câmara: "Em relação à questão da medicina no trabalho estão a ser tomadas as devidas diligências para se retomar a medicina no trabalho. O assunto não está esquecido, está a ser tratado."-----

Geraldes Simões: "Quero só chamar a atenção para que enquanto não há medicina no trabalho haja alguma atenção com os Chefes de Serviços ou os Diretores de Departamento, porque têm havido situações sérias, de patologias sérias que não estão a ser atendidas, em termos daquilo que não é possível ser feito no local de trabalho." --

Vereadora Ana Vidigal: "Neste momento o processo já está a decorrer, inclusivamente já há alguma aquisição de materiais no âmbito da implementação da medicina no trabalho." -----

Presidente da Câmara: "Em relação às questões de Paderne, da drenagem da fonte e a questão da cobertura, já tomei nota, vou pedir aos serviços para verem estas situações. Quanto à iluminação pública, houve reclamações, ainda não estão completamente supridas. Em relação à abertura e encerramento das luzes, temos conhecimento. Já foram dadas instruções no sentido de serem compatíveis com a luminosidade ou a ausência dela para estarem a funcionar em sintonia. Quanto à questão da pintura de exteriores de edifícios, é um assunto que também já foi objecto de algum debate na Câmara. A regra geral é os edifícios serem pintados de branco. Desconheço que haja alguma regra regulamentar que obrigue a que seja pintado de branco mas há regras de licenciamento e uma alteração de cor da pintura de uma fachada é considerado uma alteração de cor de fachada sem licença. Em relação às notas do Francisco Guerreiro, a Câmara fez, de facto, o caminho da Barradinha - era uma urgência. Foi numa fase em que tínhamos ainda muitas contingências acerca de dinheiro e hoje um dos pontos que vamos discutir é poder englobar na parte orçamental obras nessa matéria. O Presidente da Junta também já me enviou uma relação das estradas que necessitam de intervenção. Por todo o concelho temos uma imensidão de estradas que precisam de ser arranjadas. Em relação à intervenção do senhor Pimenta, acerca da central de camionagem, já lhe tinha dito, pessoalmente, que tanto quanto me foi informado, não há qualquer contrato de concessão. Já pedi aos serviços para me informarem convenientemente. Quero ver a situação esclarecida: como foi a entrega, se foi entrega verbal, pois os serviços até agora não me mostraram qualquer documento relativo à exploração daquele espaço pela Eva, desconheço em absoluto. Pedi que me esclarecessem como foi feita a concessão, se há impedimentos em relação à concessão. Pedi também esclarecimentos em relação à questão da obra, pedi que todos os directores de departamento se reunissem, porque me chegavam informações dispersas, e pedi que me fizessem uma informação a esclarecer todos os pontos em relação a esta matéria. Logo que tenha a resposta darei conhecimento à Assembleia Municipal. Quanto à questão dos autocarros e à adenda, eu, tanto quanto sei, ainda não estão em funcionamento todos os que fazem parte da adenda." -----



Vice-Presidente: "Faltam quatro dos autocarros grandes que, segundo a Eva, houve dificuldade por parte do fornecedor em entregá-los mas dentro de quinze dias já devem andar por aí. Sobre a iluminação pública, houve uma falha nos relógios dos cronómetros: são cerca de quatrocentos e trinta e cinco relógios que têm de ser acertados cada vez que há uma alteração. Ainda agora, quando estava a vir para aqui, ainda não era sol-posto e já estas ruas estavam acesas, quando deveriam apenas acender ao sol-posto. Está definido que o apagar das luzes é um quarto de hora antes que o sol nasça e o acender é ao sol-posto. Quanto aos caminhos da zona da Barradinha até à fonte, já está previsto para o início do ano que vem." -----

Vereadora Ana Vidigal: "Quanto à viatura de emergência médica, não é oficial, mas ouvi dizer que irá sair do centro de saúde em Setembro. Tive oportunidade de fazer esta abordagem ao Presidente da ERS, ficou sensibilizado com a situação embora esta matéria não dependa dela. De qualquer modo pedi o agendamento de uma reunião com o Dr. Pedro Nunes, do centro hospitalar, para sensibilizar relativamente a esta matéria, e vai ser na próxima segunda-feira às quinze horas."-----

Presidente da Câmara: "A questão das mobilidades é uma matéria que nos é bastante querida. É uma estratégia nossa criar o nome de Albufeira como uma cidade inclusiva e um ponto de mobilidade. São matérias que, para nós, são preferenciais. Naturalmente, haverá pontos na cidade onde será muito difícil mas, seguramente, que esse esforço irá ser feito. Tomei nota da intervenção da Ivânia em relação à rua do MFA. Quanto à questão de ter sido cedido um espaço por baixo do telheiro do Cais Herculano, desconheço que tenha sido dada alguma autorização mas vou verificar. Não é a primeira vez que me chamam a atenção para o caminho do parque de campismo até ao cemitério. Já tomei nota, é um caminho onde transitam bastantes pessoas. Em relação aos excessos em Albufeira não podemos fazer muita coisa uma vez que a questão é policial. Em reunião de Câmara já debatemos esta questão, já aprovamos o conteúdo de um ofício dirigido à Assembleia da República, a todos os líderes parlamentares porque a questão tem a ver com a Lei, e uma câmara não tem faculdades para legislar. Há uma alínea que refere a questão do exibicionismo, mas exibicionismo quando não dirigido directamente a uma pessoa, regra geral, as pessoas não apresentam queixa, e se não apresentarem queixa deixa de ter procedimento e sanção. Chamamos a atenção para o tipo de exibicionismos, ofensivos, que não sendo dirigidos a ninguém em particular são assistidos com desagrado pela população, para a Assembleia da República equacionar se deve ou não penalizar estes comportamentos. Está penalizado quando é dirigido em concreto a uma pessoa, se essa pessoa apresentar queixa, se não for dirigido a ninguém, como por exemplo um fulano a passear nu aqui pelas ruas de Paderne, se ninguém se ofender com isso e não apresentar uma queixa, não se pode fazer nada. Já falei com o Comandante da GNR e ele disse que sempre que isso aconteça, desde que o chamem ele irá ao local. Sabendo que o crime não terá um desfecho final em tribunal,

mas perante o ato ilícito, a GNR tem capacidade para intervir e interromper esse ato ilícito. Portanto, as pessoas, sempre que isso aconteça, devem telefonar para a GNR. Outra questão é sensibilizar. Já está a ser minutada uma circular para os senhores empresários para que não concitam que, nos seus estabelecimentos, tais práticas ocorram. Naturalmente que não estamos satisfeitos e não queremos um turismo que estrague o nosso turismo. Todos nós temos por obrigação, tendo uma Albufeira com as características que tem, de zelar pelo bom nome desta Albufeira. Não é com este tipo de comportamentos que isso acontece e também muito menos acontece quando os próprios albufeirenses, em vez de reagirem contra o que está a acontecer, se preocupam mais em tirar fotografias e divulgá-las, até aos órgãos de comunicação social, como se os órgãos de comunicação social resolvessem alguma coisa. Não resolve nada, apenas dá mau nome à terra. Fizemos o que nos era possível, não nos vamos conter.” -----

Francisco Guerreiro: “Ontem li no jornal “Correio da Manhã” que ia entrar em discussão pública o PDM, não sei se é verdade.” -----

Presidente da Assembleia: “Ontem foi enviado para o seu email a informação. Assim que a Câmara fez a nota de imprensa tivemos o cuidado de enviar para todos os membros.”-----

Francisco Guerreiro: “Será possível à Câmara Municipal programar uma reunião nas freguesias, para elucidar as pessoas?” -----

Presidente da Câmara: “É possível, sim.”-----

José Pimenta: “Em relação à central de camionagem, por aquilo que entendemos, tudo indica que a passagem para a gestão da Eva foi verbal. Para haver uma concessão teria de passar pela reunião da Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal e, se assim fosse, era possível verificar nas actas. No meu ponto de vista este assunto é de uma certa gravidade.” -----

Presidente da Câmara: “Vou ter uma reunião com todos os diretores de departamento e se a resposta não for satisfatória, irei por via da Eva tentar saber se possui algum documento que justifique a sua permanência lá.” -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia deu início à ordem do dia. -----

ORDEM DO DIA

PONTO UM

Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art.º 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os seguintes Membros:-----

José Pimenta: "Há entre a Câmara Municipal e a AHRESP um protocolo e eu não sei ao que é relativo esse protocolo. Gostaria que o Presidente me desse uma ideia que protocolo é esse."-----

Presidente da Câmara: "É uma colaboração de serviços em que a AHRESP elucida uma série de empresários, pratica alguns atos em relação aos empresários e restaurantes. Dentro do próprio edifício da Câmara cedemos um pequeno espaço - eles têm o seu próprio equipamento, a sua própria funcionária que está lá precisamente para esclarecer os munícipes. O protocolo é isto, é uma colaboração com cedência de espaço para que os utentes, pequenos comerciantes, possam ter ali, à sua disposição, mais um serviço. Não tem custos para o município e serve esses comerciantes." -----
Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia passou ao ponto seguinte.-----

PONTO DOIS

Apreciação e deliberação da ata de 23-04-2015; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou a ata a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: seis (06): Miguel Mesquita, Maria Eugénia Baptista, Domingos Coelho, Ruben Barulho, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água e Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----

Votos a Favor: dezoito (18): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Geraldes Simões, Soraia Rodrigues, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, José Pimenta, Vítor Vieira, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A acta foi aprovada por maioria. -----

Domingos Coelho: "A propósito da ata aprovada na reunião anterior, que corresponde à ata de vinte e quatro de Fevereiro, foi aprovada com uma imprecisão em relação à minha intervenção e gostava que fosse alterada."-----



Presidente da Assembleia: "Anteriormente foi levantada a questão da celeridade, e nós tentamos cumprir, a ata já foi publicada. Mas fica registado nesta ata a retificação." -----

Domingos Coelho: "É no ponto seis, que diz respeito ao protocolo de colaboração com o motociclismo, na ata diz que, *estamos a retomar uma velha política que nos levou ao desgaste municipal, e o que eu disse foi resgate municipal.*"-----

Primeira Secretária: "A acta é feita com base na audição, e eu não estive presente nessa reunião, portanto não conseguia confirmar se era desgaste ou resgate."-----

PONTO TRÊS

Tomada de conhecimento do Relatório Anual de 2014 da CPCJ. -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os seguintes Membros:-----

Domingos Coelho: "Duas constatações: é dito, no relatório, "ausência de um representante do Ministério Público". Não se compreende como é que numa comissão destas o representante do Ministério Público não está presente. E na questão das ausências, quarenta por cento dos membros não estava presente e dos mais significativos em termos de instituições que representam. Para esta comissão, quando as coisas correm bem, está tudo bem, mas quando as coisas correm mal, levanta-se um certo alarido social." -----

Presidente da Assembleia: "Tanto quanto tomei conhecimento, há algumas incorreções, mas nós aqui apenas tomamos conhecimento do relatório anual. Alguns membros desta Assembleia não constam como presentes mas têm as folhas de presença assinadas. Portanto há algumas incorreções na realização deste relatório." -----

Francisco Oliveira: "A questão da não presença do Magistrado do Ministério Público não é uma questão única, infelizmente. Insere-se num problema bem mais complexo, que é a falta de Magistrados no Ministério Público em particular no Algarve. Em termos profissionais, estive presente num julgamento em que não se pode realizar porque o Magistrado do Ministério Público teve de ir para Lagos porque não havia Magistrado do Ministério Público em Lagos. Há efectivamente uma enorme dificuldade em colocar Magistrados do Ministério Público nos vários tribunais. Penso que essa situação poderá ser colmatada no futuro, esperemos que sim, mas realmente o problema não é específico da CPCJ, é um problema bem mais complexo." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, foi tomado conhecimento e o Presidente da Assembleia passou ao ponto seguinte.-----

PONTO QUATRO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do concurso público para fornecimento de serviços de manutenção completa das escadas rolantes da Praça do Pescador, por 36 meses; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os seguintes Membros:-----

Domingos Coelho: "A partir de dois mil e dezasseis a verba descrita ultrapassa cinco vezes do que está inscrito para dois mil e quinze, há alguma razão?" -----

Presidente da Câmara: "Para dois mil e dezasseis é o ano inteiro." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou os pontos a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a Favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Miguel Mesquita, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Ruben Barulho, José Pimenta, Vítor Vieira, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO QUINTO E SEXTO:

O Presidente da Assembleia propôs a discussão em conjunto e a deliberação em separado, o qual foi aprovado por unanimidade. -----

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 2ª Revisão do Orçamento de 2015; -----

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 2ª Revisão das Grandes Opções do Plano 2015-2018; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os seguintes Membros:-----

Carlos Fernandes: "Ao analisar esta revisão orçamental quero questionar em relação à inserção das verbas na rubrica zero dois zero dois zero dois vinte e quatro, uma rúbrica designada por "encargos de cobrança de receitas", que já se encontrava cabimentada por novecentos e oitenta e cinco mil euros, e que foi agora reforçada por um milhão e duzentos mil. Depois temos ainda na administração autárquica a rubrica zero um zero dois zero dois zero dois zero dois dois cinco, designada "outros serviços", que está cabimentada por quinhentos mil euros e foi agora reforçada por um milhão e trinta e três. Depois há outra rubrica, designada por "outras", que foi reforçada por um milhão e duzentos e cinquenta mil. Em aquisição de bens de capital, no departamento de infraestruturas e serviços urbanos, existe um reforço na rubrica designada por "outros" de setecentos e trinta e cinco milhões. Parece-me que, relativamente a estas verbas, totalizam um terço do total da revisão, em rubricas muito abrangentes. É nosso entender discordar deste princípio porque, normalmente, as rúbricas designadas por "outros" devem ser rubricas que sirvam para cabimentar verbas que não caibam em outras rubricas específicas, e aqui verifica-se precisamente o contrário, os valores mais elevados são inseridos nestas rubricas. O que acaba por ser pouco esclarecedor." -----

Miguel Coelho: "Boa noite a todos. Quero saudar os presentes e agradecer ao Presidente da Assembleia por fazer esta reunião aqui na freguesia. Sobre estes dois documentos quero dizer que, uma vez que Paderne é uma terra do interior, é uma terra de baixa densidade e de alguma fragilidade económica, o que gera assimetrias a nível das condições de vida das pessoas do concelho de Albufeira comparadas com as de Paderne. Analisados estes documentos, verificamos que não há, na sua essência, um investimento objectivo na freguesia de Paderne. Ao longo deste mandato temos feito chegar à Câmara Municipal várias situações, deficiências que têm de ser corrigidas, principalmente nos caminhos públicos, a questão do cemitério, a questão da requalificação da Fonte de Paderne, como, por exemplo, a construção de uma área para caravanistas e outras situações que têm a ver com a melhoria da condição de vida da população de Paderne. Que fique bem ciente que a Junta de Freguesia de Paderne não pretende aliar-se das competências que são da Câmara mas sim colaborar na solução dos problemas. Estou à espera para reunir com o Presidente da Câmara, a toda a hora, para podermos, em parceria com a Câmara, nomeadamente, na delegação de competências interadministrativas, para que, mais facilmente e mais rapidamente,

possamos resolver os problemas na área das acessibilidades. Nestes documentos não me parece que esteja previsto essa delegação de competências, mas gostaria de deixar aqui referido que seria de bom grado da Junta e da população de Paderne ficar com as competências para arranjar estes caminhos, pelo menos os que são mais fáceis, os caminhos de terra batida e pequenas reparações nos alcatroamentos. A proposta que fizemos recentemente à Câmara é um valor bastante reduzido, nem sequer estamos a pedir meios humanos nem equipamentos porque já temos. Estamos a pedir, para os caminhos de terra batida, para fazermos a sua reparação e conservação, cento e cinco mil euros por três anos. Penso que seria importante que a Câmara olhasse por Paderne com mais atenção, atendendo à questão da parte económica ser muito reduzida, para que os cidadãos de Paderne fossem tratados com mais igualdade.” -----

Presidente da Câmara: “Em relação à intervenção do Carlos Fernandes, o valor de um milhão e duzentos e cinquenta mil que refere, à semelhança de outras verbas, não vejo que exista algum mal nas aldeias. Como vem na informação do Presidente, há um número de situações litigiosas que, de um momento para o outro, podem ser decididas e podemos ter que fazer face a essas despesas. Pode haver, entre aspas, uma imprevisibilidade em que pode haver necessidade de dinheiros rápidos e existentes. Não é de mau tom estarmos prevenidos com dinheiros que possam servir para esses imprevistos, e temos muitos. Se ler com atenção a informação do Presidente, verá que são inúmeros os processos que podem ser decididos a qualquer momento. E temos mais situações que também poderão precisar desses valores que estão na rubrica “outros”. No caso da Faceal, estou a tentar reduzir, por via negocial, o valor para depois podermos tomar uma deliberação sobre essa matéria. Se conseguirmos fazer essa redução iremos precisar de uma quantia substancial de dinheiro para completar a compra. A despesa já foi autorizada pela Assembleia Municipal, pelo valor total da compra, e, pode suceder, que tenhamos necessidade imediata de um milhão de euros para resolver a situação. Portanto, não é descabido. Aliás, penso que cada um de vocês, em suas casas, também gosta de ter alguma reserva de dinheiro para algo inesperado que possa acontecer. Não é descabido que haja aqui reservas de dinheiro para situações inesperadas, muito pelo contrário. Para além disso, também temos limitações. Se repararem, há um enorme esforço de investimento nesta revisão. Sucede porém, que eu tenho muitas dúvidas, e penso que na Câmara todos teremos imensas dúvidas, sobre a capacidade técnica de conseguirmos realizar isto tudo. Seguramente não vamos jogar dinheiro fora. Quanto à intervenção do Presidente da Junta de Paderne,

peço imensa desculpa mas parece que é o discurso do coitadinho que está abandonado e que ninguém olha por Paderne. Alguém pode acreditar mas eu não acredito que no município de Albufeira exista alguém com esse tipo de olhar sobre Paderne. Até noto que, numa fase em que tínhamos restrições grandes de dinheiro, um dos primeiros caminhos a ser alcatroado foi, precisamente, um caminho aqui em Paderne: foi o da Barradinha. Portanto, longe de nós, esse pensamento. Paderne está-nos no coração, como qualquer outra freguesia do concelho. Olhamos para o concelho de forma igual. Penso que posso falar em nome de todos os membros do executivo e não há qualquer olhar distante sobre Paderne, faz parte de Albufeira, é uma freguesia que nos é querida, vivamos aqui ou não. Quanto à segunda parte que referiu, já falamos telefonicamente e estou disponível para, em qualquer altura, reunir consigo ou com qualquer outro Presidente de Junta e colaborarmos. É para isso que estamos nos nossos cargos, para colaborarmos uns com os outros, e pode contar sempre comigo e com a Câmara Municipal." -----

Francisco Oliveira: "Na sequência daquilo que acabou de referir e das questões relacionadas com a própria execução desta revisão orçamental, parece-me de interesse pensar-se agora na questão das delegações de competências que temos vindo a falar ao longo de uma série de tempo. É natural que, durante o tempo em que estivemos com o PAEL e com as restrições e limitações, talvez fosse difícil. Mas o Presidente acabou de referir algo extremamente interessante, que é dizer a dificuldade em acreditar que possam conseguir executar todas as obras. Talvez fosse interessante pensar em descentralizar, entregar essas mesmas competências nas Juntas de Freguesia, que sabemos que irão executar com toda a responsabilidade as obras necessárias. E assim, retirar algum centralismo da Câmara Municipal, essa responsabilidade e permitir que elas possam ser efectuadas. Isto, até na óptica daquilo que muitas vezes os municípios vêm referir relativamente ao poder central, dizendo, muitas vezes, que é o poder municipal e são as Juntas de Freguesia que melhor executam neste sentido. E, portanto, na sequência daquilo que o Presidente acabou de referir, era talvez altura de se pensar na questão da delegação de competências e permitir algum desafogo às Juntas de Freguesia para poderem executar o seu trabalho, agora que há alguma capacidade, até porque os valores que a Câmara este ano irá recuperar serão valores consideráveis."-----

Presidente da Câmara: "Tenho uma missiva daqui de Paderne onde refere uma transmissão de competências na ordem de um milhão e cinquenta e um mil. Tenho



algumas dúvidas e mandei isto para me informarem da capacidade técnica. Se nós temos dificuldades, em termos de capacidade técnica, não é Paderne, sem funcionários, sem técnicos, sem engenheiros, que irá ter mais capacidade que o município. Há que ter isso em consideração. Portanto vamos reunir e ver."-----

Soraia Rodrigues: "Relativamente ao documento das Grandes Opções do Plano, na página cinco, no âmbito da administração geral, está referido a aquisição de uma carrinha de nove lugares para transporte de pessoas com mobilidade reduzida, com possibilidade de transporte de três cadeiras de rodas. Em tempos, nesta Assembleia foi apresentado, pelo público, uma irregularidade quanto ao transporte escolar de crianças em cadeiras de rodas mas que, tanto quanto nós temos conhecimento, teria sido sanada com o apoio dos bombeiros. Gostávamos de saber o que justifica esta aquisição da carrinha, tendo em conta que sabemos que é essencial, mas se há algum projecto ou se tem um destino concreto." -----

Presidente da Câmara: "A carrinha é para fazer transportes de pessoas com mobilidade reduzida. Quando seja necessária, poderá servir de transporte para o hospital, transporte para escolas. Vai ser utilizada sempre que seja necessária."-----

Soraia Rodrigues: "Também na página cinco e na página sete há referência a pavimentação da estrada de Vale Pedras mas não há referência a colocação de berma em calçada ou algo semelhante. Esta situação também foi apresentada numa Assembleia passada, pelo público, o Presidente tomou nota e ficou de verificar a situação porque foi referido o perigo que havia na deslocação de crianças entre o terminal rodoviário e a escola de Vale Pedras. Aqui não fica plasmado que, de facto, esteja prevista a berma da estrada e, portanto, gostávamos de saber em que situação está." -----

Vice-Presidente: "Até ao fim do verão não está programado, sendo que irá ficar no orçamento do ano de dois mil e dezasseis. Tem que ser feita a expropriação, tem que ser feita a negociação com o proprietário do terreno porque não há terreno suficiente para fazer o alargamento do passeio. Portanto, há uma série de problemas adjacentes a essa situação. Por outro lado, já ficou terminado o passeio entre a rotunda das romãzeiras e a estação de camionagem que não tinha passeio." -----

José Pimenta: "Em relação a estes dois pontos foram só foram gastos quinze ponto cinco milhões, dado que não houve investimento, não houve melhoramentos de estradas, nem de outras necessidades que Albufeira tinha. Houve receitas, e a maior parte delas foi do IMI, por vários factores: o aumento do valor patrimonial, a taxa máxima e a

abolição da cláusula de salvaguarda. Mas, ao mesmo tempo, sobra doze milhões e setecentos mil. Ainda veio a crescer uma situação que foi o reforço respeitante ao pessoal, que não se concretizou, e é um valor muito significativo. Por isso, no nosso ponto de vista, as despesas de capital deviam ser superiores às despesas correntes, dada a necessidade que existe em Albufeira de melhoramentos. Se deixarmos para dois mil e dezasseis ou dois mil e dezassete, as situações agravam-se. Por isso achamos que devia haver um aumento das despesas de capital e uma diminuição da despesa correntes." -----

Presidente da Câmara: "Em relação às despesas de investimento estamos a aumentá-las substancialmente. Em relação à questão que referiu de despesas com pessoal, em dois mil e catorze tivemos cerca de vinte milhões e temos uma falta enorme de recursos humanos. O executivo estava com muita vontade de poder contratar mais pessoas, só que, uma vez mais, não é nossa capacidade total de tomar decisões, estamos sujeitos à Lei e o Orçamento de Estado veio limitar-nos tecnicamente a podermos fazê-lo. As instruções que foram dadas por mim ao nosso corpo técnico foi para irem até ao limite possível, dentro do enquadramento legal, na nova contratação. Estamos num processo de admissão de jovens para estágios remunerados e gostaríamos muito de poder contratar pessoal, mas as instruções que existem, neste momento nos recursos humanos, é para ir até ao limite máximo dentro dos limites legais porque se não o fizermos somos sancionados e são ilegalidades que não podemos cometer, mas a nossa vontade é ir até ao limite máximo possível de contratação dadas as diferentes dificuldades que temos neste momento na área dos recursos humanos, quer seja na área das escolas, na área dos assistentes operacionais, dos assistentes técnicos. Temos dificuldades em todas as áreas." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou os pontos a votação.-----

VOTAÇÃO PONTO QUINTO: -----

Votos Contra: dois (02): Candido reigado e José Pimenta.-----

Abstenções: oito (08): Francisco Oliveira, Geraldês Simões, Vera Simões, Domingos Coelho, Carlos Fernandes, Rubem Barulho, Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

Votos a Favor: catorze (14): Paulo Freitas, Miguel Mesquita, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Adriano Ferrão, Francisco Guerreiro, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira,

Vítor Vieira, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água e Presidente da Junta de Freguesia de Guia. -
A proposta foi aprovada por maioria. -----

VOTAÇÃO PONTO SEXTO: -----

Votos Contra: dois (02): Candido reigado e José Pimenta.-----

Abstenções: oito (08): Francisco Oliveira, Geraldês Simões, Vera Simões, Domingos Coelho, Carlos Fernandes, Rubem Barulho, Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

Votos a Favor: catorze (14): Paulo Freitas, Miguel Mesquita, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Adriano Ferrão, Francisco Guerreiro, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Vítor Vieira, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água e Presidente da Junta de Freguesia de Guia. -
A proposta foi aprovada por maioria. -----

José Pimenta apresenta e lê declaração de voto. (Doc. n.º 3, anexo a esta acta) -----

PONTO SÉTIMO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do ajuste direto para aquisição de serviços de análises e controlo da qualidade da água das piscinas municipais de Albufeira; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a Favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Miguel Mesquita, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Ruben Barulho, José Pimenta, Vítor Vieira, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO OITAVO:

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do concurso público para fornecimento contínuo de materiais em PVC a aplicar na remodelação e conservação da rede de abastecimento de água e saneamento - 2014; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a Favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Miguel Mesquita, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Ruben Barulho, José Pimenta, Vítor Vieira, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO NONO:

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do concurso público para fornecimento contínuo de contadores de água, incluindo sistema de telemetria domiciliária; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a Favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Miguel Mesquita, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Ruben Barulho, José Pimenta, Vítor Vieira, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Secretária da Junta de Freguesia de

Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO DÉCIMO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do concurso público para fornecimento de mobiliário urbano, com a atribuição do direito de exploração de publicidade; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os seguintes Membros:-----

José Pimenta: "Daquilo que li do caderno de encargos, parece-me que há entre a Câmara e a concessão, valores passados. A empresa constrói os abrigos e, posteriormente, tem direito à publicidade. Será isto?" -----

Vereador Rogério Neto: "Todos os *mupis* existentes no concelho de Albufeira, que são vinte e três, bem como quinze abrigos de passageiros são colocados através da JCDecaux. Isto é um contrato que existia entre o município e a JCDecaux, de oitenta e nove, por vinte anos, contrato esse que foi rescindido em dois mil e sete, na altura pelo Vereador Gonçalves, e que terminaria em dois mil e nove. A partir daí, em dois mil e nove, quem ficou com a competência da publicidade não procedeu à abertura do concurso público para haver uma continuidade dessa concessão de publicidade nos abrigos e a empresa concessionária contactou a Câmara, em que ameaçava o município de que iria remover todos os abrigos de autocarros bem como os *mupis*, que são os painéis publicitários e que há dez que têm o mapa da cidade desactualizado. Quem estava com esse pelouro entendeu ir prorrogando a situação, para não correr riscos porque não haviam verbas para comprar os abrigos. É o histórico que tenho. Há uns meses atrás peguei nesse dossier e o regulamento obriga a que seja feito um concurso público para ser feita essa exploração. No caderno de encargos a diferença que tem é que anteriormente não havia contrapartida para o município, à excepção desses dez mapas que estão nas traseiras, e, atualmente, a empresa vai ceder-nos todas as costas dos *mupis*. Vão ter de substituir os abrigos de autocarros e o município vai receber as taxas de publicidade. Gostaríamos que aparecesse uma empresa com inovações, com *mupis* digitais ou com painéis solares porque seria muito mais vantajoso para a cidade, teria uma imagem muito mais moderna, mais adequada. Esta situação já vai em seis anos, portanto temos de lhe dar andamento." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a Favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Miguel Mesquita, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Ruben Barulho, José Pimenta, Vítor Vieira, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO DÉCIMO PRIMEIRO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização de nova repartição de encargos a suportar pelo município, relativamente à aquisição de serviços de telecomunicações fixas e móveis de voz e dados para o município de Albufeira; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a Favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Miguel Mesquita, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Ruben Barulho, José Pimenta, Vítor Vieira, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO DÉCIMO SEGUNDO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do concurso público para certificação legal de contas para os anos de 2015 e 2016; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação sem o ponto número dois.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a Favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Miguel Mesquita, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Ruben Barulho, José Pimenta, Vítor Vieira, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO DÉCIMO TERCEIRO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da delegação de competência para assunção de compromissos plurianuais no âmbito da Lei dos Compromissos; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os seguintes Membros:-----

Francisco Oliveira: "Relativamente ao ponto em questão, entendemos que, face à exiguidade das competências atribuídas à Assembleia Municipal, entendemos que não se revela positivo fazer esta delegação de competências. Entendemos que tudo o que seja deliberações que tenham a ver com compromissos plurianuais deverão vir à Assembleia Municipal para serem devidamente analisadas. Nesse sentido a posição do Partido Socialista será votar contra esta deliberação." -----

Presidente da Assembleia: "Eu tenho algumas questões do ponto de vista legal, a saber: se nós, Assembleia Municipal, podemos delegar competências nesta questão, pois somos o órgão deliberativo por excelência. Na Lei não vejo impedimento mas não vejo que a separação de poderes aqui seja tão linear quanto aquela que me parece entre o

deliberativo e o executivo. Tenho algumas reservas e não tenho o assunto aprofundado porque é a primeira vez que aqui surge. Tive o cuidado de ver todas as atas e deliberações da Assembleia Municipal e não aparece uma circunstância destas. Sei que na AMAL existe, na última Assembleia da AMAL levantei essa questão." -----

Presidente da Câmara: "Esta questão foi levantada pelos serviços, face a uma alteração que não havia antes, que é a Lei vinte e dois de dois mil e quinze de dezassete de Março, que prevê no artigo sexto que *nas situações em que o valor do compromisso plurianual é inferior ao montante a que se refere a alínea b) do número um, do artigo vinte e dois, a competência possa ser delegada no Presidente da Câmara.* Parece-me que legalmente não há impedimento. Podem concordar ou não concordar, mas impedimento não estou a ver que haja. A Câmara já deliberou, remeteu para a Assembleia Municipal e agora é uma competência da Assembleia Municipal fazer essa delegação ou não. O valor em causa é um valor de noventa e nove mil euros, ou seja, eu posso fazer este gasto num ano. Entendem os serviços, e eu também, que não faz muito sentido este tipo de restrição, e ter de vir à Assembleia, pode vir a informação, para conhecimento. É uma questão de simplificação de procedimentos. A iniciativa nem foi minha, foram os serviços que me alertaram para esta simplificação." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: onze (11): Francisco Oliveira, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Vera Neves, Domingos Coelho, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ruben Barulho, Ivânia Mascarenhas, Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

Abstenções: três (03): Cândido Reigado, José Pimenta e Luís Afonso. -----

Votos a Favor: dez (10): Paulo Freitas, Miguel Mesquita, Eugénia Baptista, Adriano Ferrão, Francisco Guerreiro, Ana Cristina Oliveira, Vítor Vieira, Carlos Santos, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água e Presidente da Junta de Freguesia de Guia. -----

A proposta foi **reprovada** por maioria. -----

PONTO DÉCIMO QUARTO

Proposta de recomendação, apresentada pela CDU, sobre a circulação de peões e estacionamento na Rua António Aleixo; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os seguintes Membros:-----

José Pimenta lê proposta de recomendação. (Doc. n.º 4, anexo a esta acta) -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstencões: nove (09) Paulo Freitas, Miguel Mesquita, Eugénia Baptista, Adriano Ferrão, Francisco Guerreiro, Ana Cristina Oliveira, Vítor Vieira, Carlos Santos e Presidente da Junta de Freguesia de Guia. -----

Ausências: duas (02) Francisco Oliveira e Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água. -----

Votos a Favor: treze (13) Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Vera Simões, Cândido Reigado, Domingos Coelho, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ruben Barulho, José Pimenta, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

PONTO DÉCIMO QUINTO

Proposta de recomendação, apresentada pela CDU, sobre a instalação de um polo de escola de hotelaria, na escola de Paderne, -----

O Presidente da Câmara ausentou-se neste ponto. -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os seguintes Membros:-----

José Pimenta lê proposta de recomendação. (Doc. n.º 5, anexo a esta acta) -----

Adriano Ferrão: "Nesta recomendação apresentada pela CDU não especifica bem quais os níveis da escola de hotelaria que se pretendia colocar em Paderne." -----

José Pimenta: "Era o nível superior."-----

Adriano Ferrão: "Para o nível superior temos a escola de hotelaria em Faro e isto iria exigir um equipamento reforçado e específico para se colocar aqui nesta escola de Paderne. Nem sei se a escola em si terá uma infraestruturas capaz de dar resposta às solicitações para uma escola de hotelaria de nível superior, receio bem que não. De

qualquer forma, na boa intenção e o que se quer salvaguardar, faz com que o PSD se abstenha na votação." -----

Francisco Oliveira: "Pelo que vejo da proposta é uma proposta de recomendação, que terá de ser analisada pelos serviços, pela escola, pelas entidades competentes, para saber se há ou não possibilidade. Portanto, estaremos, com certeza, a favor desta proposta de recomendação." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: doze (12): Paulo Freitas, Miguel Mesquita, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Adriano Ferrão, Francisco Guerreiro, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Vítor Vieira, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, e Presidente da Junta de Freguesia de Guia. -----

Ausências: uma (01) Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água. -

Votos a Favor: onze (11) Francisco Oliveira, Geraldês Simões, Vera Simões, Cândido Reigado, Domingos Coelho, Carlos Fernandes, Ruben Barulho, José Pimenta, Luís Afonso, Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

PONTO DÉCIMO SEXTO

Moção apresentada pela CDU, sobre as novas regras e taxas aplicadas pela ANA, aeroportos de Portugal no aeroporto de Faro; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os seguintes Membros:-----

Cândido Reigado lê proposta de recomendação. (Doc. n.º 6, anexo a esta acta) -----

Luis Afonso: "Em relação às taxas a cobrar estou de acordo com a análise. Ao que julgo saber, isso acontece não só no aeroporto de Faro, acontece em todos os aeroportos. A razão dessa taxa foi pensada para os turistas que chegavam a Lisboa, e dada a dificuldade da empresa cobrar essa taxa às pessoas que chegavam ao aeroporto de Lisboa, parece que a ANA fez um acordo com a Câmara de Lisboa que pagava esse montante. E para ter a receita desse montante impôs essas taxas nos aeroportos. Vamos supor, por exemplo, que um cliente da CP de Faro apanha um táxi para o

aeroporto, quem paga essa taxa? O taxista que recebe dez euros do cliente para o levar ao aeroporto? Cobra essa taxa ao cliente? Em relação ao receber clientes no aeroporto, já há muitos anos que os táxis de turismo, os táxis de Albufeira, Portimão ou outros, que quisessem ir esperar um cliente ao aeroporto, tinham de pagar essa dita avença para poderem estacionar lá. A questão que se coloca é o ir deixar o cliente ao aeroporto. Com essa taxa também não concordo." -----

Soraia Rodrigues: "Por este ponto estar em discussão contactamos a Cooperativa de Táxis de Albufeira e a informação que nos deram foi que aos transportes públicos não é cobrada qualquer taxa, apenas aos privados é que são cobradas estas taxas. Isto apenas acontece com empresas de transferes ou outras privadas, não se aplica, de forma nenhuma, a autocarros ou taxistas." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: um (01): Carlos Santos. -----

Abstenções: quatro (04): Soraia Rodrigues, Francisco Guerreiro, Mário Gaspar, e Ivânia Mascarenhas.-----

Votos a Favor: dezanove (19): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Miguel Mesquita, Geraldês Simões, Eugénia Baptista, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Carlos Fernandes, Ana Cristina Oliveira, Ruben Barulho, José Pimenta, Vítor Vieira, Luís Afonso, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

Presidente da Assembleia: "Quero só deixar um apontamento, em género de declaração de voto, votei favoravelmente não por concordar totalmente com os aspectos que vêm vinculados na moção mas porque entendo que algumas regras são extensivas à questão das rent-a-car, à questão de livre acesso ao aeroporto por parte das empresas algarvias está injustamente aplicada." -----

PONTO DÉCIMO SÉTIMO

Tomada de conhecimento do teor do parecer da CCDR-Algarve em relação ao Plano de Urbanização da cidade de Albufeira; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os seguintes Membros:-----

Ivânia Mascarenhas: "É só um esclarecimento: diz no ponto *tomada de conhecimento do teor do parecer da CCDR*, o qual este parecer não foi favorável devido a uma proposta efectuada em onze de Setembro de dois mil e treze, pela bancada do PSD. A Assembleia não tem legitimidade para fazer este tipo de proposta neste tipo de regulamento. Entretanto este assunto foi enviado para o gabinete jurídico do município, o qual, pelo que tivemos acesso, também foi unanime com a CCDR. Foi a reunião de Câmara, foi tomado conhecimento do parecer da CCDR, como está a ser tomado agora, e manifestou-se a inconcordância com o mesmo, por causa do parecer jurídico. A minha questão é: isto é uma tomada de conhecimento, mas como vai ficar o regulamento?" -----

Presidente da Assembleia: "A CCDR não aceita a alteração que é proposta. O documento é, então, considerado inválido. Tem a Câmara Municipal de tomar uma posição sobre este documento e reenviá-lo para a Assembleia Municipal. O que foi deliberado, na altura, pela Assembleia Municipal foi aprovado com aquela alteração. A CCDR entende que aquela alteração não é regular e devolveu o documento à Câmara Municipal. A Câmara Municipal agora terá de nos reenviar um documento para que possamos tomar posição sobre ele." -----

Vice-Presidente: "O problema não está no parecer desfavorável que a CCDR tem sobre o conteúdo da alteração mas sim sobre a forma de alteração. A CCDR não considera que a Assembleia Municipal tenha capacidade legal para alterar qualquer proposta vinda da Câmara Municipal. Terá a capacidade de devolver à Câmara Municipal e depois a Câmara Municipal entenderá se deve fazer essa alteração ou não." -----

Francisco Oliveira: "Com todo o respeito, por aquilo que li o parecer da CCDR vai um pouco mais além. Não só na legalidade orgânica mas também na legalidade de conteúdo da própria norma. A CCDR vem dizer que, de facto, a Assembleia Municipal não tem competência para alterar uma deliberação que vem da Câmara Municipal. Neste aspeto, mas para além disso, a própria norma em si é ilegítima e, portanto, não tem capacidade para introduzir esta norma. Ou seja, a norma em si é de tal forma abrangente que poderia permitir que o PUCA pudesse ser afastado através desta mesma norma. É verdade que o parecer jurídico da Câmara Municipal não faz referência a esta questão, mas a CCDR faz referência à ilegalidade da própria norma. E, portanto, teríamos aqui uma discussão jurídica infundável. O executivo da Câmara Municipal irá pronunciar-se sobre essa questão e virá à Assembleia Municipal para depois deliberar. Das duas uma,

ou o documento em si será alterado, ou tem-se como não escrita a norma, que por acaso até foi redigida pelo Presidente da Assembleia Municipal, na altura membro.”-----

Presidente Assembleia: “Se tomássemos por assente esta questão da CCDR, significaria que estávamos aqui a fazer corpo presente. Todas as deliberações que vêm são propostas da Câmara Municipal. A Assembleia Municipal tem poderes deliberativos, delibera nos termos que considera convenientes, não havendo aqui nenhuma sobreposição de poderes, plasmando sim o que é o interesse da Assembleia Municipal. Se caíssemos em rigor naquilo que é o parecer da CCDR, todas as alterações em que alterássemos uma vírgula sequer do que vem da Câmara Municipal não podíamos fazê-lo.” -----

Francisco Oliveira: “Penso que a Lei que define as competências quer da Assembleia Municipal quer do executivo refere qual é a competência da Assembleia Municipal relativamente à possibilidade de alteração em determinado tipo de deliberações que venham do executivo. Ou seja, nós, Assembleia Municipal, temos a capacidade de alterar determinado tipo de deliberações, não temos é capacidade de alterar outras. Essas são impossíveis de alterarmos. Podemos é devolvê-las à Câmara Municipal para que sejam deliberadas de forma diferente, com recomendações da Assembleia Municipal. Não podemos alterá-las e aprová-las com a alteração. De outras matérias, que não esta, poderemos propor alterações e fazer a aprovação com essas mesmas alterações, o que não acontece com este plano de urbanização da cidade de Albufeira.” Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, foi tomado conhecimento do ponto por todos os membros.-----

Antes de encerrar a sessão, foram aprovadas, por unanimidade, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia.-----

Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 23:40 horas, de que foi lavrada ata que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 25 de Junho de 2015 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

A PRIMEIRA SECRETÁRIA _____

O SEGUNDO SECRETÁRIO

Doc. 1

Brindaremos ás sombras dos sonhos, brindaremos á magia do perfume das palavras, da liberdade igualdade. Cavalo de asas de fogo. Sejam a arte da vida, do amor da beleza da liberdade, da consciéncia, da humildade, da humanidade, do futuro, da justiça da igualdade. Do recomeçar os dias, viver, reviver, o sentido da origem, a liberdade. Musgo ceara trigo farinha pão, e enormes extensões de terrenos por cultivar, o rico sempre rico. O poder sempre transposto por a desinformação. Suor sangue lágrimas do humano, ao humano novo, o sacrifício ao medo do exercício da reforma agraria, a verdade musgo de terras soltas, procrear o milho a cevada o trigo, o azelte, os frutos, alimento da humanidade, no sacrifício sejamos a competencia, da nossa origem, humana, a nossa identidade do não do trafico de consciencia. A verdade. Se reponha verdade na palavra verdade. A luta exercício de consciéncia. Não sejamos a estrada do trafico da escravatura humana. A corrupção, a escravatura a exploração, a humanidade humilde, a luta por as igualdades, sejamos povos de Intrecepção, Inter ativa dignidade. Cavalo de fogo, cavalo de magia, cavalo de justiça, cavalo de liberdade igualdade. Sejam os rios limpos, desaguando no oceano, sejamos a nossa imagem no reflexo do espelho, da nossa popria imagem, nossa identidade por naturalidade, desaguando nas margens da consciencia, ao oceano limpido, cavalo de magia, lanterna de fogo, luta de luz, ceara da vida. o dignidade dos comunistas lutamos por a justiça igualdade dos povos. Quando temos consciéncia, somos diferentes, vivendo em caminhos de moralidade, simplesmente a diferença. A motivação por interesse á comunidade. O pensamento nos estimula. Por racócinio, á nossa condição humana, em encontros com a naturalidade.

Cada um nasce no que nasce, o que me convem a morte, entretanto vivo, luto
Há dias, mais ou menos neste termo, passado, o que conta é hoje o presente. o futuro. O que sera o futuro se não o preparamos. Sr presidente Carlos Silva, sr presidente Freitas, sr variadores deputados publico, membros da mesa, povo aqui presente. A democracia sem existencia de actividade politica do povo, não existe democracia praticipativa intrentiva. O interesse por a causa publica. Se o permitirmos o abuso do poder, se instalou, o medo. O totolarismo. Se instalou a desorganização, destabilizando os critérios da sociedade humanizada. A existencia de corrupção, permitindo canalizações clandestinas. o enriquecimento elicito, abuso do bem comum. O mau gerir os dinheiros dos impostos da comunidade, os gastos do giro, entregue a Eva ao Barraqueiro. a empresa de água a particulares, o Hospital privado, em dutrimento do publico, a limpeza a Passos Coelho e Angelo, perguntei nunca me confirmaram como usual, a auto estrada de Vila Real a Lagos. Funcionando os compadrios influencias amizades. Porquê o turismo entregue a Edisiderio, sera por interesses influências, competencia amizades politicas, pergunto como cidadão, me parece café Bailote, imortal, pensão café julia, entre outros espaços, o jardim, local de encontro de Albufeirenses, se entendi da fama não se livra, Edisidério comprou espaço pensão café julia, a verificar, e outros, esclarecer ao povo se verdade, Se entendi Edisidério deixou a camara falida, o outro diz com obra feita, linda obra. Se entendi fecham facil água a um cidadão por 17 a 50 euros. E permitiram sabiam não sabiam, sabem, canalizações clandestinas, eu mesmo dei o alerta convidando a inquerito, a verificar, me disseram em reunião camararia, não eram bruxos a verificar, existe capacidade de verificação, quem abusou do poder enriquecimento elicito, quem é quem, dívida de hoteis outros etc, 7 000 000 de euros. Compraram por varios milhoes as ruinas da fabrica de tijolo Paderne Facia. Governar por interesses individuais pessoais, favorecendo a injustiça a desigualdade, Governar não o é



praticar políticas de interesses individuais amizades. Eu sou a prova evidente de represálias entre outros. Fiz greve de fome, a constar. Hoje se paga a factura de água. á companhia das águas do Algarve, mais caro. Hoje se paga muito mais caro o Emi o Irs. Hoje se paga mais caro a electrecidade o gaz a água a gasolina a alimentação,a saude,e enexistente,hoje muitos sem abrigo, muitos famintos,muitas pensões de miseria, em dutrimento de quem explora escraviza o povo, qualquer decomento se paga,se paga 60 euros por o passaporte, o bilhete de identidade vitalicio passou por cinco anos 15 euros,só sabem sugar o suor o sangue escravizando o povo, a favorecer os ricos, não tiveram a coragem humildade dignidade de retirar os impostos, de quem mais beneficia de privilégios da sociedade, sem dó nem piedade retiram aos fracos, se construíram hotéis palacetes sem licenças, aí não se encontrava a fiscalização, por espaço de largura do dedo polegar me vieram incomodar, transportes giro sem condições de horário aos munícipes, e caro. Pretenderam oferecer o dinheiro a Eva ao Barraqueiro, oferecendo a gar sem permitirem outros autocarros, utilizarem o espaço com situação eminente de acidente. nem resposta deram, como idem a quem devia agua,os 7 000 000 de euros, pretenderam não praticar políticas mais justa, transparente da actividade de circunstancia camarario,ao giro, oferecendo nestes anos, dezenas se não centenas de milhares de euros a particulares, mais a construção da gar, a privados usufereirem com os impostos do povo.em disprimor de Albufeira, da sociedade, beneficiam na sombra na invisibilidade, a interesses obscuros,No social se degradou a condição de vida do povo. o povo rumou ás cantinas da caridade,de mão espetada, o centro de saude sem equipamento, absoleto, e em barracas.Retiram aos pobres oferecem aos ricos. 20 por cento de privilegiados, vivem da escravatura da exploração da miseria da fome. O permitirmos sem analizarmos a discussão de opinião democratica, gere o interesse á ditadura da informação, reprimindo a liberdade de opinião, com igualdade com consequência de represália enriquecimento elicito corrupção, a políticas fechadas, de interesses individuais. Se aderimos ao poder vigente, sem análise permitindo a decadencia da sociedade. Não nunca poderão tentar calar, como habito, ulterior tentaram,srs presidentes. Na sala assembleia Albufeira me mandaram para o carvalho. tentando manipular o medo a consciência a moral. Srs presidentes variados deputados membros da mesa. A condição humana, no projeto de sociedade, no equilibrio planetario. Somos a responsabilidade do desequilibrio, o desequilibrio cresce se agiganta, se destabiliza. A transformação a sociedade coletivo, na forma de sociedade, nas alternativas no consumo coletivo. A consequência da verdade da humanidade, no projeto das ciências exatas, o equilibrio, destruíram o habitat das especies Salgados marina gralheira, destruíram falésias dunas, entre outras,destruindo moinhos vestiglos de caracter interesse cultural turistico humano. privilegiando quem destruiu, com aval dos governos ulterior, por epocas psd cds pp alternado. Destruíram o sistema, destruindo o ecossistema destruindo dunas habitat. A caixa de sardinha, é de lata, o que muda é a sardinha. A vossa politica de interesse individual. As políticas de interesse individual remete a degradação da condição humana. A condição de vida do povo. Srs presidentes meteram no oceano lixo da mina de gesso, destruíram zona de criação natural de pescado, um crime hablantal. A terra lavada no oceano, encheram a praia com terra areia contaminada. Acontece de momento, a subida do oceano, motivado por nosso sistema de vida individual, pouco a pouco a praia tomará sua posição anterior, ir ao encontro com a razão do equilibrio. Srs presidentes variados deputados membros da mesa. Destruindo o habitat de especies, destruindo a beleza o equilibrio no voar da liberdade das gaivotas. Especies desapareceram no seu habitat natural, destruindo o equilibrio. Hoje as



gaivotas pnoitam, habitam nos telhados em Albufeira, no ponto de vista sanitario propaga doenças, dejectos caem em cima de pessoas, nos carros em casas. Convido a alertar alguém com coragem, alimentar gaivotas por perto da igreja st Ana, a conviverem coabitando por perto nos jardins privados, nada pessoal, determinar as regalias privilegios. As gaivotas têm direito como nós humanos, á vida com dignidade, viver no seu habitat natural. Favoreceram enriquecimento elicito, permitiram destruíram falesias,descacretizaram, as ruas ocupação com esplanadas. locais de interesse economico aos amigos influencias, privilegiando interesses, sempre os amigos dos amigos, o comboio, as esplanadas, a ocupação de praias, entrega de taxis, hotéis habitações sem licenças, permitindo a uns a outros não, o hospital privado, descurando o publico,o abuso do poder de alguns variadores, como Chufre Simião Sesmarias, entre outros, e funcionarios, no tempo, nas reuniões com influencias não permitindo construir, ao cidadão comum,após venda terceiros beneficiavam com aval de interesses influencia ou amizades camararias. funcionou a corrupção Favoreceram o enriquecimento elicito, permitindo abuso de poder, neste Pais sem justiça igualdade. Pretendo viver com mais igualdade dignidade para o povo. Pretendem o individualismo, em que o rico mais rico, o pobre mais pobre, o pobre vive da caridade, vai buscar a sopa ás cantinas. se sustentam no lixo, vivendo os miseraveis de novo, os sem abrigo, a dormirem na rua, desta sociedade imparcial, é esta a sociedade vergonhosa pretendida por vossos privilegios individuais, a existencia da miseria, a fome a decadência. Os migrantes com fome miseria morte, insegurança motivado por guerra e outros, procuram outras areas de estabilidade, desorganizamos a condição da vida da humanidade. Gerimos propagando o genocidio. Fazer politica é ser, ser humano, não parecer. Srs presidentes isto não o é sociedade digna humana, contribuimos direto indireto, a sociedade de famintos de miséria, os sem abrigo. A inconsciência a insegurança a degradação da sociedade, parte do povo perderam a capacidade de analise de consciência, por um sim um não, matam pessoas como se mata coelhos. A droga, a injustiça, a desigualdade, construíram a cidade de betão sem estatura sem alma,sem arvoredo, sem alinhamento do equilibrio ecologico, arquitetura de equilibrio. Srs presidentes srs deputados, srs variadores, srs senhoras senhores membros da mesa, povo. Sou comunista, sou comunista, pretendo viver a sociedade, mais humanizada, mais justa, com justiça mais igualdade. Tentei sempre no possível estar aqui, não por mim, por o povo, por a diferença, pretendo viver a sociedade, construir o futuro, a igualdade no coletivo, no respeito por a liberdade igualdade fraternidade justiça, no equilibrio planetario. Um Pais sem justiça em que responsaveis politicos perderam a moral a consciencia, bpm, bes, Friorte Duarte Lima, entre outros, quer direto indireto o povo sofre, agonia, a motivação a corrupção a ganância, a desigualdade o indeividualismo, destruindo o sonho de todo o povo. Somos a responsabilidade. O desequilibrio motivado por a indeferença, por o indeividualismo ganância. Mais vale ser, por o ser, que parecer. o ter destroi a capacidade. Por ganância indeividualismo perdemos o futuro. É esta a sociedade inconsciente de desigualdade desiquilibrio desumanizada, a destruição. Uns o pão, outros escravos. A politica é servir a Humanidade. Respeitando os equilibrios planetarilo. Não se servir a fim próprio desumanizando destruindo o encontro com o futuro.Pretendo viver a sociedade em que a palavra dada, tenha a conotação do seu significado, em que a verdade signifique verdade, Sejamos dignos do futuro. Sejamos dignos respeitando a Humanidade,Somos todos iguais, todos, somos todos diferentes.

Coligação Democrática Unitária.

CDU.

Algarve capital Europeia da precariedade e do desemprego:

O ministro do emprego e segurança social disse num debate, que este governo tem vindo a agir com determinação no combate à precariedade; mas o que verificamos é que é o próprio governo a promover a precariedade e o desemprego.

Se o desemprego diminuiu, foi no essencial à custa de cerca de 400.000 mil jovens que tiveram que emigrar à procura de emprego que no nosso país não encontravam. A precariedade impulsionada pelo governo é factor de instabilidade nos serviços públicos, degradando o seu funcionamento e criando assim condições para o seu desmantelamento e privatização, como aconteceu com diversas empresas estratégicas e está a acontecer recentemente com a TAP e outros sectores de transportes. O País está a ser vendido ao desbarato e a retalho e cada empresa que é entregue ao capital estrangeiro, é um pedaço da nossa soberania que se perde.

A precariedade é uma opção estratégica da política de direita, que serve a quem acumula lucros fabulosos, à custa do trabalho sem direitos. Por outro lado a precariedade e o desemprego, não servem os trabalhadores nem o desenvolvimento do país.

O governo PSD/CDS, desde 2011 atirou para o desemprego centenas de milhares de trabalhadores, aumentou a exploração, cortou salários e pensões, atacou a contratação colectiva promovendo a sua destruição, reduziu à pobreza milhares de famílias. Há trabalhadores e reformados que não conseguem dinheiro para comprar os medicamentos de que necessitam. Dos 554 mil desempregados inscritos nos Centros de Emprego, apenas 279 mil recebem subsídio de desemprego. As prestações do subsídio de desemprego têm vindo a diminuir, estando ao nível de 2009.

Os 554 mil inscritos nos Centros de Emprego, não correspondem aos números reais, pois são cerca de 1 milhão e duzentos mil desempregados.

Os baixos salários, as reformas de miséria e os salários em atraso são um flagelo que afecta os trabalhadores e os reformados no Algarve e Albufeira não foge à regra. Ainda hoje tivemos a confirmação de 2 hotéis, que pagaram há dias o mês de Março e devem Abril, Maio e estamos quase no final de Junho. Os contratos emprego/inserção é outro problema ao qual urge pôr termo.

Temos um país mais empobrecido e mais dependente.



No ponto 2 artigo 58 da Constituição da República Portuguesa, na alínea a) refere que para assegurar o direito ao trabalho, incumbe ao Estado promover: a execução de políticas de pleno emprego;

Ora o que este governo tem feito é precisamente o contrário, transformando-se numa fábrica que promove o desemprego, destrói sectores fundamentais conquistados com a Revolução de Abril, como a saúde, a Educação a Segurança Social. Em relação à Saúde, basta olhar para o que se passa no INEM, com o governo a promover o desmantelamento e destruição dos serviços de Emergência Médica, nomeadamente no Algarve. No Serviço Nacional de Saúde, faltam médicos, enfermeiros, pessoal auxiliar e material clínico.

O poder Local Democrático também não escapou a senha destruidora deste governo, com a destruição no Algarve de 17 freguesias, onde está incluída a freguesia de Olhos de Água.

Lembramos também aqui o que se passou com o sector bancário, o problema do BPN e do BES. O governo estava informado do que se estava a passar, mas nada fez para resolver o problema. A repressão nas empresas é uma realidade, com a perseguição aos delegados e dirigentes sindicais e a trabalhadores que procuraram exercer os seus direitos. A democracia e liberdade na maior parte das empresas no concelho de Albufeira não existe, é posta em causa pelo patronato explorador. Em relação à subversão da democracia, se outro motivo não houvesse, bastava olhar para o que se passou no Clube Praia da Rocha, com uma trabalhadora acorrentada para exigir o pagamento dos salários em atraso, que o sr. Paulo Martins, director dessa unidade hoteleira se recusava a pagar, problema que ainda não está totalmente resolvido, pois ainda falta meio mês de salario a cada trabalhador, subsídio de férias e de Natal e as respectivas compensações.

Não é o PCP e a CDU que agem de forma agressiva, quando denunciámos a ofensiva do governo, mas sim o governo que agride os trabalhadores, os reformados e os jovens, nos seus direitos. Não são os nossos camaradas do Comité Central que devem ser aconselhados a ter uma linguagem menos agressiva, mas sim o governo que precisa de ser parado na ofensiva aos trabalhadores, aos reformados e no empobrecimento do país.

Albufeira, 25 de Junho de 2015



CDU – Coligação Democrática Unitária

PCP-PEV



Declaração de Voto

O Orçamento 2015 e as Grandes Opções do Plano relativo ao ano de 2015-2018 não tiveram a aprovação da CDU em virtude do executivo autárquico ter recorrido ao PAEL. O que implicou que os municípios fossem ainda mais penalizados. Em relação à 2ª revisão do orçamento a verba de 15,5 milhões só é possível porque não ter havido investimento em infra-estruturas de saneamento, manutenção, restauração de equipamento diverso, Etc. Tendo havido um grande aumento de receita, principalmente no que diz respeito ao IMI, derivado aos factores tais como: aumento do valor patrimonial, taxa máxima e abolição a cláusula de salvaguarda. Ao mesmo tempo veio aumentar à verba que foi transferida do ano anterior, o reforço que é em parte significativa respeitante a recrutamento de pessoal que não se vai concretizar. Achamos que nestas circunstâncias o valor de 15,5 milhões de euros que é dividido em partes iguais entre despesas de capital e despesas correntes deveria no entender da CDU beneficiar mais as despesas de capital em detrimento das despesas correntes.

Em relação à 2ª Revisão das Grandes Opções do Plano 2015-2018 dado que o orçamento não beneficia as despesas de capital e dado a necessidade de grandes melhoramentos nas acessibilidades e saneamento irá empurrar para 2016 e 2017 as obras tão necessárias, não esquecendo que ano após ano a degradação destas estruturas serão maiores e irão necessitar assim de maior investimento.

Assim por estes motivos a CDU vota contra a 2ª Revisão do Orçamento de 2015 e 2ª Revisão das Grandes Opções do Plano de 2015-2018

Albufeira, 25 de Junho de 2015

Os eleitos da CDU

Cândido Augusto Marques Reigado

José Joaquim do Carmo Pimenta

CDU

CDU – Coligação Democrática Unitária PCP-PEV



Recomendação

Circulação de peões e estacionamento Rua António Aleixo

O Cerro Malpique aquando da estrada Rua António Aleixo e após um Plano Diretor Municipal, passou de zona agrícola para zona urbana.

Dado ser um espaço que fica com uma vista privilegiada foi toda urbanizada, tendo nos últimos anos sido polvilhada com a construção de apartamentos e hotéis.

Dado ser uma zona com alguns hectares seria natural que o Executivo da altura tomasse medidas para que houvesse contrapartidas para a população. Espaços de lazer e estacionamento, passeios etc., já que sem as construções de hotéis e apartamentos já se notava a falta destas estruturas.

Ora o que aconteceu foi que não tendo sido salvaguardas as necessidades que descrevemos no parágrafo anterior, tudo piorou.

As viaturas estacionam nas bermas.

Os passeios para peões não existem, e os transeuntes são obrigados a ocupar as faixas de rodagem com a perigosidade de daí advém.

Como é compreensível nos meses de Verão a situação torna-se mais complicada tornando-se num caos.

Face ao exposto, os eleitos da Coligação Democrática Unitária propõem que a Assembleia Municipal de Albufeira reunida em 25 de Junho de 2015 delibere:

Recomendar ao Executivo da C.M.A. que em relação à Rua António Aleixo sejam levadas a efeito todas as diligências para suprir a falta de passeios e situação de estacionamento.

Os Eleitos da CDU

Albufeira, 25 de junho de 2015

CDU

CDU – Coligação Democrática Unitária PCP-PEV



Recomendação

Polo de Escola de Hotelaria para Escola de Paderne

Paderne é uma freguesia com uma longa história, tem um vasto património natural, gastronómico e cultural, e que preserva as suas tradições e costumes.

É uma aldeia que tem assistido à redução do número de habitantes, tem uma população envelhecida que urge incentivar o rejuvenescimento.

Albufeira como concelho e com as suas Freguesias é o mais importante centro de Turismo do Algarve. Número de visitantes, restauração, dormidas etc.

Existe no Algarve uma da Escola de Hotelaria, em Faro, que tem Polos em diversos concelhos. Não se entende que nenhum dos Executivos Camarários de Albufeira não tenha envidado esforços para a implantação de um Polo no Concelho.

Um Polo de Escola de hotelaria localizado na Escola EB 2,3 de Paderne vai não só rentabilizar as infra estruturas existentes dado que o número de alunos é reduzido em relação ao espaço existente como dinamizar e dar vida à localidade.

Face ao exposto, os eleitos da Coligação Democrática Unitária propõem que a Assembleia Municipal de Albufeira reunida em 25 de Junho de 2015 delibere:

Recomendar ao Executivo da C.M.A que desenvolva todos os esforços junto das entidades competentes para trazer para o Concelho um Polo de Escola de Hotelaria.

Os Eleitos da C.D.U

CDU

CDU – Coligação Democrática Unitária PCP-PEV



Moção

ANA-Aeroportos de Portugal impõe no Aeroporto de Faro novas regras que representam uma verdadeira extorsão às pequenas e médias empresas de transferis

Considerando que:

A ANA-Aeroportos de Portugal, detida pela multinacional francesa Vinci, impôs no Aeroporto de Faro novas regras de acesso que representam uma verdadeira extorsão às pequenas e médias empresas que realizam serviços de transporte de turistas entre o Aeroporto e os locais de alojamento (vulgarmente designados serviços de transfer).

Efetivamente, o novo sistema de acesso obriga quem pretender largar passageiros na área de Partidas ou recolher passageiros na área de Chegadas a entrar em zonas de largada/recolha denominadas zonas Kiss & Fly de acesso controlado. As taxas cobradas por uma permanência máxima de 10 minutos nessas zonas são: duas primeiras entradas do mesmo dia – gratuitas, três entradas – 3,50 €, quatro entradas – 18,50 €, cinco entradas – 33,50 €, seis entradas – 48,50 €, sete entradas – 63,50 €, cada entrada adicional – 15,00 €. Se a permanência nas zonas de largada/recolha de passageiros exceder 10 minutos, são cobradas taxas adicionais.

Não existe alternativa à utilização destas zonas de largada/recolha de passageiros, já que na estrada que passa em frente às Partidas e Chegadas do Aeroporto é proibido parar para largar ou recolher passageiros. O PCP pôde confirmar no Aeroporto, no passado dia 1 de junho, que as autoridades policiais faziam um controlo apertado, não permitindo que os veículos que pretendiam largar ou recolher passageiros parassem nessa estrada, o que não lhes deixava alternativa que não fosse entrar na zona Kiss & Fly.

Se a generalidade dos cidadãos não vai largar/recolher passageiros no Aeroporto de Faro mais de duas vezes por dia (podendo, nesses casos, usar a zona Kiss & Fly gratuitamente), o mesmo já não se pode dizer das empresas que realizam serviços de transporte de turistas entre o Aeroporto e os locais de alojamento. De acordo com informação recolhida pelo PCP junto dessas empresas, cada veículo de transfer poderá fazer entre 5 e 10 serviços diários no Aeroporto de Faro, implicando o pagamento de quantias exorbitantes pelo simples ato de parar uns minutos junto às Chegadas ou às Partidas do Aeroporto para largar ou recolher passageiros.

Para evitar pagar estas quantias exorbitantes, as empresas de transfers terão que possuir uma avença que dá acesso aos parques P1 (zona de Partidas) e P6 (zona de Chegadas), mas não dá acesso às zonas Kiss & Fly. Contudo, o número de avenças disponíveis é limitado e insuficiente



para todas as empresas, tendo um custo de 270 € mensais. Refira-se que o preço das avenças mensais aumentou brutalmente, de 3.000\$00 (15 €) em 2001 para os atuais 270 €.

Os custos adicionais resultantes das novas regras de acesso ao Aeroporto são incomportáveis para maioria das empresas de transfers, colocando a sua sobrevivência e milhares de postos de trabalho em risco e afetando o turismo regional. Esta não é a primeira vez que a ANA-Aeroportos de Portugal tenta explorar as pequenas empresas que têm a sua atividade ligada ao Aeroporto de Faro. Lembra-se que em abril de 2014 a Ana-Aeroportos de Portugal tentou impor a cobrança de uma taxa de 17 € às pequenas empresas de rent-a-car euros por cada viatura alugada no Aeroporto de Faro.

Aquando da privatização da ANA- Aeroportos de Portugal, o PCP alertou que “caso seja consumado o processo de privatização da ANA-Aeroportos de Portugal – venda ao grupo francês Vinci –, a atuação desta empresa, quer no Algarve, quer no país, estará estritamente vinculada aos interesses dos grupos económicos que intervêm no setor do transporte aéreo com declarado desprezo, e tentativa de anulação, do conjunto do micro, pequenas e médias empresas que dependem diretamente deste setor”.

Entretanto, o Governo privatizou a ANA-Aeroportos de Portugal e os acontecimentos no Aeroporto de Faro comprovam a justeza da análise do PCP. A multinacional francesa Vinci, com o único objetivo de maximizar o seu lucro, ameaça todas as atividades económicas a montante e a jusante da atividade aeroportuária.

Pelo exposto propõe-se:

Que a Assembleia Municipal de Albufeira reunida a 25 de Junho de 2015 delibere:

1- Recomendar ao governo que intervenha junto da ANA-Aeroportos agora privatizada, no sentido de serem corrigidas tais medidas que, a continuarem provocarão sérios danos económicos e sociais, nas micro, pequenas e médias empresas ligadas à atividade aeroportuária que aí operam .

2- Lembrar ao governo que a economia Algarvia, já bastante debilitada, nomeadamente no concelho de Albufeira depende em muito da atividade turística e que esta medida que atinge, para além dos problemas causados às empresas, a própria imagem turística do Algarve, considerando que o primeiro contacto dos turistas com a região é efetuado através dos motoristas dos transfers, adicionando-se ainda, os transtornos da deslocação que tem que efetuar a pé dentro do aeroporto, carregando malas e bagagens.

3- Lembrar ao governo que, numa região com a maior taxa de desemprego do país, esta medida adotada pela ANA-Aeroportos privatizada, pode proporcionar a perda de milhares de postos de trabalho.

4- Enviar esta moção para:

Presidência da Republica, Governo da Republica, Assembleia da Republica, Camaras e Assembleias Municipais do Algarve, AMAL e aos Órgãos da Comunicação Social

Os eleitos da CDU